

RELATÓRIO
DE
ATIVIDADES

3º Trimestre

2016



ESTADO DE SANTA CATARINA
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
Procuradoria-Geral

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Procurador-Geral

Aderson Flores

Procuradora-Geral Adjunta

Cibelly Farias Caleffi

Procurador

Diogo Roberto Ringenberg

Diretoria-Geral de Contas Públicas
Juliana Fritzen

Diretoria-Geral de Administração e Planejamento
Antônio Altero Cajuella Filho

Internet: <http://www.mptc.sc.gov.br>
Rua Bulcão Viana, 90 - Centro
Florianópolis/SC
CEP 88020-160
pgtc@mptc.sc.gov.br



1. INTRODUÇÃO

Tendo em vista o compromisso do Ministério Público de Contas na fiscalização do uso do dinheiro público, consoante suas competências institucionais estabelecidas no art. 108 da Lei Complementar nº 202/2000, apresenta-se este relatório de atividades, que descreve as principais ações realizadas e os resultados alcançados no 3º trimestre de 2016, destinando-se a todos os cidadãos com interesse no funcionamento deste Parquet.

2. COMPETÊNCIA E ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

O Ministério Público de Contas, regido pelos princípios institucionais de unidade, indivisibilidade e independência funcional e administrativa, tem atribuições de guarda da lei e fiscal de sua execução, com o fito de promover e fiscalizar o cumprimento e a guarda da Constituição e das leis, no que se refere à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial de competência do Tribunal de Contas, bem como a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, requerendo as medidas de interesse da justiça, da administração e do erário.

É exercido pela Procuradoria-Geral junto ao Tribunal de Contas e compõe-se de um Procurador-Geral, um Procurador-Geral Adjunto e três Procuradores.

Ao Ministério Público de Contas compete (art. 108 da Lei Complementar nº 202/2000):

- promover a defesa da ordem jurídica requerendo, perante o Tribunal de Contas do Estado, as medidas de interesse da Justiça, da Administração e do Erário;
- comparecer às sessões do Tribunal e dizer do direito, verbalmente ou por escrito, em todos os processos sujeitos à deliberação do Tribunal, exceto os relativos à matéria



administrativa do Tribunal, sendo obrigatória a sua manifestação por escrito nos processos de prestação e tomada de contas e nos concernentes à fiscalização de atos e contratos e de apreciação dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões;

- promover, junto à Procuradoria-Geral do Estado ou, conforme o caso, perante os dirigentes das entidades jurisdicionadas do Tribunal, no prazo de sessenta dias contados da data do recebimento da documentação respectiva, as medidas previstas no art. 43, inciso II e art. 75 desta Lei, remetendo-lhes as peças processuais, com as orientações necessárias; e
- interpor os recursos permitidos em lei.

De acordo com o Regimento Interno do Ministério Público de Contas, sua estrutura organizacional compreende:

- Conselho de Procuradores;
- Corpo de Procuradores;
- Gabinete do Procurador-Geral;
- Direção Geral;
- Consultoria Técnica.

3. ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS

3.1 Sessões Plenárias

O Tribunal Pleno é órgão deliberativo do Tribunal de Contas, reunindo-se ordinária e extraordinariamente.

As sessões ordinárias do Tribunal Pleno são realizadas nas segundas e quartas-feiras.

Participação do MPC-SC nas sessões plenárias:

Procurador	Jul/2016	Ago/2016	Set/2016	Total
Aderson Flores	3	4	4	11
Cibelly Farias Caleffi	5	6	3	14
TOTAL	8	10	7	25

Fonte: Gerência de Distribuição de Processos



Total no 3º trimestre: 25 sessões plenárias.

3.2. Volume de trabalho

Todos os processos que tramitam no Tribunal de Contas são devidamente instruídos pelas Diretorias Técnicas e encaminhados ao MPC-SC, para emissão de parecer.

3.2.1 Movimentação de processos

No 3º trimestre de 2016, foram recebidos 2.878 processos para elaboração de parecer ministerial, e foram elaborados, no mesmo período, 1.994 pareceres.

Os processos que tiveram saídas sem parecer foram aqueles que tramitaram a pedido, seja para fornecimento de cópias, vistas na sala dos advogados, solicitação pelos gabinetes de Conselheiro e Presidência.

Procurador	JULHO/2016					
	Remanescentes do mês de junho	Processos recebidos		Saídas de processos		Processos pendentes de manifestação
		Distribuídos	Retorno	Com Parecer	Sem Parecer	
Aderson Flores	207	169	11	215*	8	164
Cibelly Farias Caleffi	122	167	5	155**	5	134
Diogo Roberto Ringenberg	304	178	11	176***	11	306
TOTAL	633	514	27	546	24	604

Fonte: Gerência de Distribuição de Processos

*130 pareceres em processos eletrônicos

**107 pareceres em processos eletrônicos

***133 pareceres em processos eletrônicos



Procurador	AGOSTO/2016					
	Remanescentes do mês de julho	Processos recebidos		Saídas de processos		Processos pendentes de manifestação
		Distribuídos	Retorno	Com Parecer	Sem Parecer	
Aderson Flores	164	264	11	250*	6	183
Cibelly Farias Caleffi	134	362	7	335**	13	155
Diogo Roberto Ringenberg	306	375	7	318***	11	359
TOTAL	604	1.001	25	903	30	697

Fonte: Gerência de Distribuição de Processos
*202 pareceres em processos eletrônicos
**276 pareceres em processos eletrônicos
***292 pareceres em processos eletrônicos

Procurador	SETEMBRO/2016					
	Remanescentes do mês de agosto	Processos recebidos		Saídas de processos		Processos pendentes de manifestação
		Distribuídos	Retorno	Com Parecer	Sem Parecer	
Aderson Flores	183	335	6	227*	8	289
Cibelly Farias Caleffi	155	174	8	129**	5	203
Diogo Roberto Ringenberg	359	222	19	189***	19	392
TOTAL	697	731	33	545	32	884

Fonte: Gerência de Distribuição de Processos
*220 pareceres em processos eletrônicos
**88 pareceres em processos eletrônicos
***152 pareceres em processos eletrônicos

**3.2.2 Outras atividades desenvolvidas no trimestre**

Procurador	Recursos	Represen tações	Ofícios requisitó rios	Procedi mentos preparató rios	Notifica ções Recomenda tórias	Outros	Total
Aderson Flores	-	1	5	4	-	5*	15
Cibelly Farias Caleffi	2	-	26	2	85	-	115
Diogo Roberto Ringenberg	4	3	16	4	1	15**	43
TOTAL	6	4	47	10	86	20	173

Fonte: Gabinetes dos Procuradores

*Número correspondente a 1 informação prestada à 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Palhoça; 2 informações prestadas à 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caçador; 1 informação prestada à 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Lages; e 1 informação prestada ao Gabinete de Procurador de Justiça.

**Número correspondente a 8 levantamentos para instruir procedimentos preparatórios e 7 termos de informação que instruem procedimentos preparatórios.

3.2.3 Ofícios expedidos no trimestre

Foram expedidos 178 ofícios:

Procurador	Jul/2016	Ago/2016	Set/2016	Total
Aderson Flores	71	25	39	135
Cibelly Farias Caleffi	3	11	13	27
Diogo Roberto Ringenberg	9	6	1	16
TOTAL	83	42	53	178

Fonte: Gabinetes dos Procuradores e Setor de Protocolo e Diligência

3.2.4 Decisões definitivas do Tribunal Pleno com encaminhamento para cobrança de débitos e multas

No trimestre, foram adotadas providências para a execução de débitos imputados e de multas aplicadas em decisões do Tribunal Pleno, previstas no Regimento Interno do TCE/SC, arts. 64 e 65.



Ofícios	Jul/2016	Ago/2016	Set/2016	Total
Encaminhamento à Procuradoria-Geral do Estado	22	-	46	68
Encaminhamento às Procuradorias municipais	8	-	6	14
Encaminhamento Empresas Públicas e Soc. de Econ. Mista	-	-	1	1
Total	30	-	53	83

Fonte: Setor de Ajuizamento

Total no 3º trimestre: 83 ofícios expedidos.

4. RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

No trimestre, foram recebidos 19 pedidos de informações, sendo que o e-mail pgtc@mptc.sc.gov.br foi o caminho mais utilizado para os cidadãos contatarem o MPC-SC.

E-mails: 11

Protocolo: 8